

POLÍTICA DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO, COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA

2025

FOLHA DE CONTROLE

Título	Política de prevenção à lavagem de dinheiro, combate ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa
Política institucional	Política de prevenção à lavagem de dinheiro, combate ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa
Área responsável	<i>Compliance</i>
Data de aprovação	30/06/2022
Data da última atualização	03/09/2025
Motivo da atualização	Atualização no processo de governança para risco alto. Inclusão da AZ Quest Consultoria
Abrangência	AZ Quest Holdings S.A. (CNPJ/ME: 41.667.352/0001-82) AZ Quest Investimentos Ltda. (CNPJ/ME: 04.506.394/0001-05) AZ Quest MZK Investimentos Macro e Crédito Ltda. (CNPJ/ME 21.676.427/0001-84) AZ Quest Agro Ltda. (CNPJ/ME nº 48.401.513/0001-30) AZ Quest Infra Ltda. (CNPJ/ME nº 50.544.038/0001-01) AZ Quest Panorama Ltda. (CNPJ/ME nº 37.783.771/0001-02) AZ Quest Prev Ltda. (CNPJ/ME nº 59.312.965/0001-62) AZ Quest Consultoria Ltda. (CNPJ/ME nº 62.081.185/0001-63)
Procedimentos e documentos relacionados	Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998; Lei nº 13.260 de 16 de março de 2016; Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022. Carta Circular nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, do Banco Central do Brasil. Resoluções CVM nº 50/2021, 21/2021, 35/2021. Resolução nº 44, de 24 de novembro de 2020, do Banco Central do Brasil. Comunicado Externo 004, de 21 de setembro de 2020, da BSM Supervisão de Mercados.

Introdução

As regras descritas na integridade das normas internas e na legislação aplicável às empresas AZ Quest¹ devem ser cumpridas por todos os acionistas, diretores, analistas, representantes, estagiários ou jovens aprendizes (definidos, resumidamente como “Colaborador” ou “Colaboradores”), de modo que todos devem ter ciência a respeito do conteúdo disposto.

A presente Política trata de Lavagem de Dinheiro, Financiamento ao Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de armas de destruição em massa (“PLDFTP”), orientando a respeito da identificação e do tratamento dos riscos de lavagem de dinheiro (“LDFTP”) com base na conformidade com a legislação brasileira aplicável e em vigor.

Por isso, a Política de PLDFTP define os critérios de identificação, análise e reporte de operações realizadas na AZ Quest, bem como prevê como é conduzido o processo de situações passíveis de denúncia em caso de indícios de ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa.

A AZ Quest tem o propósito de conduzir seus negócios observando a legislação em vigor. Isto posto, possui procedimentos que estão de acordo com o disposto nas normas regulatórias, mitigando os riscos inerentes no que tange à LDFTP.

É de responsabilidade individual de cada integrante deste escopo a colaborar com a área de *Compliance*, em casos de situações atípicas. Quando observada qualquer situação que possa ser caracterizada como suspeita, é de responsabilidade da área de *Compliance* conduzir para tratar e dirimir os riscos oriundos, para que a AZ Quest possa tomar as medidas cabíveis tempestivamente.

Os principais objetivos da Política de PLDFTP são:

- i) Estabelecer normas e procedimentos mínimos para o cumprimento das atividades de PLDFTP;
- ii) Estabelecer funções e responsabilidades relacionadas ao cumprimento das atividades de PLDFTP;
- iii) Enfatizar a importância acerca do tema PLDFTP, que tem abrangência

¹ O grupo AZ Quest é composto por: AZ Quest Holdings SA (CNPJ/ME nº 41.667.352/0001-82), AZ Quest Investimentos Ltda (CNPJ/ME nº 04.506.394/0001-05), AZ Quest MZK Investimentos Macro e Crédito Ltda (CNPJ/ME nº 21.676.427/0001-84), AZ Quest Agro Ltda. (CNPJ/ME nº 48.401.513/0001-30), AZ Quest Infra Ltda. (CNPJ/ME nº 50.544.038/0001-01), AZ Quest Panorama Ltda. (CNPJ/ME nº 37.783.771/0001-02), AZ Quest Prev Ltda. (CNPJ/ME nº 59.312.965/0001-62) e AZ Quest Consultoria Ltda. (CNPJ/ME nº 62.081.185/0001-63).

- institucional; e
- iv) Demonstrar a preocupação da AZ Quest em cumprir as legislações que tratam do assunto.

Diretrizes

A lavagem de dinheiro é entendida como sendo o conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam incorporar à economia formal recursos que se originam de atos ilícitos, dando-lhes aparência legítima. As atividades de captação, intermediação e aplicação de recursos próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, podem ser utilizadas na prática de transações financeiras ilegais, o que torna o sistema financeiro particularmente vulnerável à lavagem de dinheiro.

O terrorismo por sua vez caracteriza-se pelo uso indiscriminado de violência, física ou psicológica, através de ataques a pessoas ou instalações, com o objetivo de suscitar o sentimento de medo na sociedade, desorganizando-a e enfraquecendo politicamente governos ou Estados para a tomada do poder. É utilizado por uma grande gama de instituições como forma de alcançar seus objetivos, como organizações políticas, grupos separatistas e até por governos no poder.

A globalização dos serviços financeiros e o avanço tecnológico, ao permitirem uma mobilidade de capitais sem precedentes, exigem das instituições financeiras atenção redobrada e constante na prevenção dos crimes listados, para que se consiga evitar que o sistema financeiro como um todo seja utilizado como intermediador de recursos provenientes de negócios ilícitos. A par disso, trata-se de salvaguardar as instituições financeiras contra danos à sua imagem e reputação, além da imposição das sanções previstas na legislação e regulamentação aplicáveis.

A presente Política visa assegurar, monitorar e estabelecer diretrizes para que haja o cumprimento da legislação e regulação aplicáveis, para evitar que a AZ Quest seja utilizada para a ocultação da origem de recursos provenientes de atividades criminosas, bem como determinar a responsabilização administrativa e criminal dos seus Colaboradores.

Due Diligence

A atividade de *Due Diligence* tem como objetivo cumprir os processos, testes, trilhas de auditoria, métricas e indicadores adequados. Se necessário, é adotada a correção de eventuais deficiências, de forma compatível com a presente Política e com a avaliação interna de risco – que, por sua vez, calibra os parâmetros

efetivamente utilizados para validar a probabilidade de ocorrência dos riscos avaliados e a magnitude de seus impactos para a distribuidora.

Por isso, é realizada a *Due Diligence* tanto no início, como na manutenção do relacionamento. Ademais, periodicamente, é realizada a avaliação interna de riscos. As pesquisas e as análises são evidenciadas e registradas, para que as decisões tomadas possam ser revisitadas. Este procedimento tem como principais frentes:

i) Conheça seu Colaborador (*Know Your Employee* – “KYE”)

A AZ Quest atua de acordo com os procedimentos específicos para assegurar a existência de procedimento para contratação, orientação e acompanhamento periódico de seus Colaboradores. O início e manutenção do relacionamento entre a instituição e Colaboradores precisam ser precedidos de mecanismos de controle que permitam à AZ Quest o prévio conhecimento dos candidatos e funcionários antes que estes ingressem, formalizem ou renovem seus vínculos com a instituição, de acordo com seu perfil de risco.

Conforme detalhado nas demais normas internas acerca do tema, a AZ Quest apenas efetuará a contratação e manutenção de profissionais que assumam a responsabilidade pela aplicação dos padrões éticos, bem como a criação de um ambiente de controle adequado para PLDFTP.

Abaixo, segue a classificação de funcionários, segregada por nível de sensibilidade em relação às atividades exercidas (Sensibilidade Alta, Média, Baixa) considerando os seguintes aspectos:

- Área de Negócios - Relacionamento Comercial com Cliente² – Alta Sensibilidade
- Áreas de Suporte Operacional e de Gestão de recursos³ – Média Sensibilidade
- Áreas Administrativas e Consultivas⁴ – Baixa Sensibilidade

Qualquer situação, conduta ou evento que possa configurar violação aos preceitos dessa Política precisa ser levado ao conhecimento do seu superior ou diretamente à área de *Compliance*. Por esta razão, anualmente, é enviado aos gestores um questionário para que seja preenchido a respeito dos seus respectivos membros de equipe, apurando se houve indícios de mudança repentina de comportamento, que evidenciem riscos preocupante à PLDFTP. Cada gestor é responsável pela veracidade destas informações.

ii) Conheça seu prestador de serviço (*Know Your Supplier* – “KYS”) e Conheça

² Envolve área comercial e mesas de operações.

³ Envolve BackOffice de Operações, Cadastro, Compliance, Riscos e Financeiro.

⁴ Envolve Recursos Humanos e serviços gerais.

seu parceiro (*Know Your Partner* – “KYP”)

O início ou a manutenção de relacionamento com um prestador de serviços ou parceiro precisa ser conduzida pela perspectiva ética e de transparência, sob a ótica do conceito “Conheça seu Prestador de Serviços” (*Know Your Supplier*) e Conheça seu parceiro (*Know Your Partner* – “KYP”).

Situações de conflitos de interesse devem ser evitadas, conforme disposto nas demais normas internas sobre o tema, de forma que o serviço não atenda isoladamente a interesses pessoais.

Em processo de análise, devem ser observados: idoneidade/reputação, se enquadra-se como Pessoa Exposta Politicamente (“PEP”), custo-benefício do serviço prestado e situação financeira do prestador de serviços e/ou parceiro de negócios e sua compatibilidade com seu objeto social e atividades desempenhadas.

iii) Conheça seu cliente (*Know Your Client* – “KYC”)

O início ou a manutenção de relacionamento com um cliente deve ser feito de acordo com critérios rigorosos para a classificação dos clientes, bem como seus procuradores (caso aplicável). Também são estabelecidos critérios pertinentes quanto à sua condição (permanente ou eventual), em consonância com os normativos vigentes.

As informações cadastrais serão preenchidas e atualizadas, e arquivadas pelo período mínimo de cinco anos, contados a partir do primeiro dia do ano seguinte, após o término do relacionamento com o cliente.

Após o cumprimento da etapa de cadastro, um conjunto de regras, procedimentos e controles são adotados para identificação e aceitação de parceiros comerciais, visando prevenir a realização de negócios com contrapartes inidôneas ou suspeitas de envolvimento em atividades ilícitas. Para aqueles que representarem maior risco, são necessários procedimentos complementares e diligências aprofundadas de avaliação e alçadas específicas de aprovação, de acordo com a criticidade dos apontamentos ou exceções. Periodicamente, serão realizados testes para confirmar a adequação das informações.

Caso o processo de identificação e qualificação do cliente não seja finalizado, é vedado o início de relação de negócios. Mas, se for o caso de insuficiência de informações prestadas pelo cliente, admite-se um prazo de trinta dias para que haja a sua regularização, desde que não ocorram prejuízos aos procedimentos de monitoramento e seleção.

Os procedimentos de verificação e validação da autenticidade das informações de identificação do cliente se dão através da área de *Compliance*, mediante a

confeção dos relatórios de *Due Diligence* e aprovação pela área de *Compliance*.

Em caso de clientes, também é necessário analisar a compatibilidade entre a movimentação de recursos, atividade econômica e a capacidade financeira por meio de sistema automatizado, que promove uma varredura nos registros coletados diariamente a respeito dos serviços financeiros prestados – com base em parâmetros regulatórios pré-estabelecidos.

Tais parâmetros visam deflagrar alertas em caso de atividades suspeitas em tempo razoável. Para manutenção desta análise, são configurados indicadores de performance (*Key Performance Indicator* – “KPI”), informando a frequência dos alertas gerados em determinado período de tempo, o volume e as categorias de risco. Estes KPIs são revistos anualmente, com base na legislação e na regulação aplicáveis, com o objetivo de prevenir e detectar tentativas de crimes financeiros, como suborno, recebimento de propina, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, *insider trading*, *layering*, *spoofing*, etc.

Isto porque a presente Política visa assegurar, monitorar e estabelecer diretrizes para que haja o cumprimento da legislação e regulação aplicáveis, para evitar que a AZ Quest seja utilizada para a ocultação da origem de recursos provenientes de atividades criminosas, bem como determinar a responsabilização administrativa e criminal dos seus Colaboradores.

Eventuais inconsistências serão tratadas tempestivamente, visando a sua pronta regularização. Por conta disso, sempre que houver alterações no perfil de risco do cliente e na natureza da relação do negócio a avaliação de risco do cliente será revista. O processo de aceitação, manutenção e o monitoramento, inclusive da situação econômico-financeira dos clientes, a ser efetuado continuamente.

As áreas de Cadastro, *Compliance* e Comercial, atuarão em conjunto para o cumprimento desta diretriz. De forma geral, serão avaliadas a capacidade operacional do prestador de serviços e, ou, parceiro de negócios, além de sua reputação. Todavia, caso semostre impraticável, impossível ou inatingível, tal deficiência de identificação precisa ser reportada na análise.

As revisões e renovações de dados serão realizadas periodicamente, no que diz respeito à integração, dependendo da classificação de risco anteriormente pontuada, de acordo com a Abordagem Baseada em Risco (“ABR”), conforme a metodologia, a ser explicada a seguir, para cada propósito.

iv) Avaliação de ativos investidos pelos fundos (Contraparte)

São considerados ativos os investimentos encarteirados pelos fundos de

investimento sob gestão da AZ Quest. Em relação a estes ativos, são dispensados processos que visam identificar e monitorar seus riscos relacionados à LDFTP.

Fazem parte da carteira dos fundos, ativos líquidos e ilíquidos, estes últimos sendo em sua maioria estruturados com participação mais ativa da AZ Quest.

Quando se trata de ativos ilíquidos, ainda na fase de prospecção de negócio, a Mesa responsável consulta a área de compliance para avaliação reputacional. Havendo a sinalização de que este ativo (emissor, representantes e diretores) seja considerado de Alto Risco, conforme esta Política, a aprovação do Head de Compliance é demandada, com base em dossiê próprio, que detalhará os aspectos das operações e todos os apontamentos reputacionais identificados. Havendo indicação de reprovação pelo Head de Compliance, o caso será submetido à Diretoria de Compliance para avaliação e deliberação final.

Além deste controle, o Compliance monitora periodicamente operações dos fundos com ativos com baixa liquidez listados em bolsa. Este monitoramento visa identificar eventuais práticas inadequadas por parte dos gestores dos fundos, a exemplo da transferência de recursos entre partes, além das práticas abusivas contra o mercado.

A área de Compliance também adota monitoramento contínuo em relação aos investimentos pessoais dos colaboradores, confrontando-os com a Política de Investimentos Pessoais (PIP), da AZ Quest. Dentre os riscos mitigados pela PIP, está o de LDFTP e práticas abusivas contra o mercado.

Pela área de Risco, todas as operações estão sujeitas ao monitoramento conforme avaliação de túnel de preço, que busca identificar operações fechadas com preços fora do padrão praticado pelo mercado. Em paralelo, também se avalia a distribuição da alocação dos ativos nos diversos fundos, conforme preço médio, buscando impedir alocação com prejuízo e lucro entre os fundos sob a gestão da AZ Quest. Este controle é feito por meio de relatórios gerados por sistemas internos.

Por fim, a área de compliance faz avaliação reputacional dos ativos investidos, de forma contínua, por meio de ferramentas contratadas e internas. Adota-se métrica de risco de acordo com as mídias negativas encontradas, conforme documento próprio. Identificadas mídias de alto impacto, o Compliance elabora relatório para ciência do Head de Compliance e tomada de decisão em relação a este determinado investimento. Havendo sinalização de negativa pelo Head de Compliance, o relatório será encaminhado ao Diretor de Compliance para avaliação e deliberação final.

Beneficiário final⁵

A AZ Quest tem a obrigação de tentar identificar quem atua em nome da pessoa jurídica a ser analisada, em qualquer uma das etapas supracitadas. É entendido como beneficiário final e necessitam ser avaliados pelos critérios aqui estabelecidos, as pessoas físicas que possuam, pelo menos, representatividade, em nome da companhia, no percentual de vinte e cinco por cento.

As áreas de *Compliance* e Cadastro atuarão em conjunto para o cumprimento desta diretriz. Todavia, caso se mostre impraticável, impossível ou inatingível, tal deficiência de identificação precisa ser reportada na análise.

As revisões e renovações de dados serão realizadas periodicamente, no que diz respeito à integração, dependendo da classificação de risco anteriormente pontuada, de acordo com a ABR, conforme a metodologia, a ser explicada a seguir, para cada propósito.

Pessoa Exposta Politicamente (“PEP”)⁶

A AZ Quest tem por obrigação aplicar processos adequados com base em risco que possibilitem identificartambém se um Colaborador, cliente, prestador de serviço ou parceiro seja um PEP.

Mundialmente, a definição de PEP é pessoa física nacional ou estrangeira que ocupa ou ocupou cargo público, assim como seus relacionados. Nacionalmente, é obrigatória a observação de acordo com o rol de representantes do governo que ocupem ou tenham ocupado cargos, colocações ou funções públicas no Brasil ou em outra jurisdição, nos últimos cinco anos, na Resolução nº 29 de 7/12/2017 do COAF e na Circular nº 3.641/2009 do Banco Central do Brasil, e suasposteriores alterações, e a Resolução nº 50/2021 da Comissão de Valores Mobiliários.

Caso positivo, serão considerados vulneráveis para atividades ilegais, o que representa um aumento de potencial risco, demandando um monitoramento mais rigoroso. O período de cinco anos é retroativo, a partir da data de início do relacionamento com a AZ Quest, ou da data em que passou a ser enquadrado na classificação.

⁵ Considerando que é a pessoa natural que, direta ou indiretamente, possui, controla ou influencia a companhia. A influência se presume quando a pessoa natural possuir mais de 25% do capital social, de forma direta ou indireta, exercer a preponderância nas deliberações sociais, também direta ou indiretamente, e deter o poder de eleger a maioria dos administradores da entidade, mesmo que não a controle.

⁶ De acordo com a definição trazida pela Res. CVM nº 50/2021.

Periodicamente, a AZ Quest compara a lista de PEPs dos órgãos fiscalizadores com sua base de relacionamentos, considerando que o status pode ser mudado ao longo do tempo, através de procedimento de sanitização, de modo a verificar se alguém passa ou deixou de ser enquadrado nesta classificação.

Abordagem baseada em risco

A metodologia da ABR é adotada pela AZ Quest, em atendimento à Resolução CVM nº 50 de 2021.

A ABR destina-se a garantir que as medidas mitigação dos riscos à LDFTP, inerentes às atividades desempenhadas no mercado financeiro e de capitais, de forma que sejam identificados e sanados. Portanto, após o procedimento da análise de *Due Diligence* – conforme descrito no item anterior – se houver indícios negativos encontrados, serão analisados os aspectos com relação a:

- risco ético ou de integridade (como por exemplo, fraude, suborno e corrupção);
- risco de produto ou de serviço (risco de qualidade, segurança, meio ambiente, produtos controversos);
- de segurança da informação, risco regulatório ou risco legal e financeiro; e
- risco de crédito.

De acordo com a legislação aplicável, a avaliação é realizada a cada 12, 24 ou 48 meses, de acordo com o grau de risco classificado para cada relação, respectivamente como alto, médio ou baixo risco. A AZ Quest realizará a análise de *Due Diligence*, identificando os beneficiários finais das operações, sempre que possível.

De forma recorrente, a avaliação interna de risco é considerada como a base nas avaliações. Anualmente, esta metodologia é revista pela área de *Compliance*. A revisão de classificação dos relacionamentos nas categorias de risco preveem a atualização sempre que houver alterações no perfil de risco e na natureza da relação de negócios.

Já relacionamentos com Organizações sem fins lucrativos (“ONGs”) serão avaliados pela área de *Compliance*, que considerará aspectos relacionados às fontes e natureza dos recursos, bem como quais são as atividades desempenhadas, para compreender a razoabilidade e a licitude.

Risco de contraparte, parceiro e prestador de serviço

Os critérios para classificação de risco serão adotados, da seguinte maneira:

- Serão impeditivos, se houver: falha na identificação; falha na coleta de dados; falha na qualificação; falha na avaliação de riscos ligados ao cadastro; falha na avaliação de movimentações e informações financeiras; e com domicílio/sede em jurisdição submetida a sanção ou medida similar por organizações internacionais – como CSNU, Organização das Nações Unidas (“ONU”) ou Grupo de Ação Financeira (“GAFI”).

Serão critérios de alto risco, se: figurar em lista internacional de sanções; não domiciliar/sediar no Brasil; ou tiver exposição recente em mídia negativa e, ou, processo na esfera judicial ou administrativa de matérias relevantes (como processo administrativo nos reguladores do mercado financeiro e de capitais ou processo envolvendo crime financeiro).

- Serão de médio risco, se tiver: envolvimento em atividade incluída em lista restritiva; ou exposição em mídia negativa e, ou, processo na esfera judicial ou administrativa de matérias relevantes (como processo administrativo nos reguladores do mercado financeiro e de capitais ou processo envolvendo crime financeiro), que já tenha sido encerrado – independentemente de ter ou não trânsito em julgado.
- Serão de baixo risco os demais casos em que não há quaisquer indícios negativos.

✓ **Risco de produtos e serviços**

De forma recorrente, a avaliação interna de risco é considerada como a base das avaliações. Para produtos e serviços, os seguintes parâmetros norteiam tal observação:

- Serão impeditivos: falha e, ou, dificuldade de: rastreabilidade da alteração de titularidade dos ativos, avaliação dos produtos e serviços, coleta de informações, ou de liquidez nos ativos subjacentes ou na metodologia de cálculo. Possibilidade de operações fora do preço de mercado. Operações em espécie, com cartões e operações no exterior.
- Serão de alto risco: ouro físico, moedas, títulos cautelares, COE (Certificado de Operações Estruturadas), transferência de custódia de ativos, títulos judiciais representativos de precatórios e títulos judiciais representativos de créditos vencidos (*stressed assets*).

- Serão de médio risco, se houver:

Participações societárias pertencentes ou destinadas a Fundos de Investimento em Participações (“FIP”); Imóveis pertencentes ou destinados a Fundos de Investimento Imobiliário (“FII”); Certificados de Recebíveis Imobiliários pertencentes ou destinados a FII; Títulos representativos de direitos creditórios, pertencentes ou destinados a Fundos de Investimentos em Direito Creditório (“FIDC”); Derivativos – como futuro/swap DI, opções de futuros, de moedas, Ibovespa/Opção de ação ou índice, cupom cambial (“FRC”); e Commodities.

- Serão de baixo risco:

Administração de fundos de investimento e carteiras e distribuição de ativos (realizadas via TED, Cetip ou SELIC do mesmo titular) – como fundos de renda fixa, ações, multimercado, cambial; Renda fixa pública, privada (como por exemplo, CDB, LCI, LCA, LF Sênior, LF Subordinada); ações; e Custódia de fundos e ações.

Nos que diz respeito a operações de baixo risco, a averiguação de atipicidade tem como base alguns elementos de análise, tais como:

- Valores movimentados;
- Capacidade financeira (renda x patrimônio);
- Atividade econômica;
- Origem e destino dos recursos;
- Formas de realização e instrumentos utilizados;
- Fundamento econômico/legal;
- Canal utilizado;
- Nome e número de inscrição no CPF ou no CNPJ do titular e do beneficiário da operação, no caso de pessoa residente ou sediada no País;
- Data da realização;
- Veracidade / autenticidade / verossimilhança dos documentos comerciais, entre outros.

✓ **Riscos de ambiente de negociação e registro**

Serão de alto risco, por exemplo: balcão não organizado (sem a intermediação de sistema de registro e liquidação) e boleta física.

Serão de médio risco, por exemplo: mercado de balcão organizado (onde as negociações são supervisionadas por entidade reguladora), agentes autônomos de investimentos devidamente certificados, gestores e consultores de valores mobiliários

e mesa de operações.

Serão de baixo risco, por exemplo: ambientes de negociação administrados por instituições reguladas e autorizadas para tal, mantendo o sistema de negociação e os registros atualizados, plataforma de investimentos (como home broker) e ferramentas de comunicação virtual com os devidos controles de ITGC(Bloomberg).

É prevista a realização do controle para averiguação de atipicidade em dois momentos:

- Controle de parâmetros de atipicidade, tais como: frequência de movimentações; PL declarado; insuficiência financeira; resgate no curtíssimo prazo; movimentações com os mesmos parâmetros (data, valor, cliente). Este controle pode ser rodado a cada operação ou retroativamente;
- Controle no que se refere à categoria do cliente, tais como: PEP; residência localizada em fronteira de países; atividade econômica; cadastros com os mesmos parâmetros para vários clientes (tais como procurador, telefone e endereço).

Em ambos os casos, quando uma operação atípica é identificada, a mesma será analisada pela área de *Compliance*. Se a atipicidade é consequência de desatualização cadastral, a área de Cadastro será informada para sanar a irregularidade. Nos demais casos de detecção de atipicidade, a área de *Compliance* informará o *officer* responsável pelo cliente para que seja apresentada justificativa, se houver. A justificativa será analisada pela área de *Compliance*, que julgará se é necessária a comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF").

✓ Instituições Vedadas

AZ Quest não opera com:

- "Bancos de fachada" (*shell banks*), assim entendidos aqueles bancos constituídos em uma jurisdição onde não há qualquer presença física e/ou que não sejam integrados a um grupo financeiro regulamentado. Com isso, torna-se difícil obter a documentação societária e informações cadastrais, bem como as demais documentações que dizem respeito às movimentações realizadas e as partes envolvidas.
- "Bancos hospedeiros" (*nested financial institutions*) - não mantemos contas ou subcontas de outras instituições sem que as mesmas sejam contrapartes de operações com a AZ Quest.

Com relação àqueles clientes cuja classificação seja atribuída com restrição leve, a área de *Compliance* tem alçada para deliberar sobre a continuidade do relacionamento com os mesmos. Os procedimentos relativos ao tratamento de operações atípicas estão discriminados também nas demais normas internas acerca do tema.

✓ **Paraísos Fiscais**

É considerado paraíso fiscal qualquer país que não tribute a renda, ou que tenha tributos sobre a renda inferiores a 20% (segundo as regras brasileiras expedidas pela Secretaria da Receita Federal). Ressalta-se que os paraísos fiscais podem ser utilizados de forma lícita. O contribuinte tem o direito de procurar formas legais de diminuir a carga tributária, assim como esses países, chamados de paraísos fiscais, têm o direito de estruturar sua economia de tal modo a atrair o capital estrangeiro.

A listagem contendo os nomes dos países considerados paraísos fiscais nesta Instrução Normativa Receita Federal do Brasil nº 1.037, de 04 de junho de 2010. Os Colaboradores são responsáveis por se atentar quando realizarem negócios com clientes que sejam provenientes de paraísos fiscais, tomando medidas apropriadas que garantam a identificação dos clientes, beneficiários finais, além do monitoramento contínuo das transações que requeiram especial atenção.

Seleção e análise de operações suspeitas

O processo de monitoramento, seleção e análise de operações suspeitas conta com um processo em que são analisadas variáveis, regras e cenários de forma a selecionar operações e situações que possam configurar indícios de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613, e operações e situações indicadas na Carta- Circular nº 4.001/20. São exemplos desta verificação:

- Situações relacionadas com dados cadastrais de clientes;
- Oscilação comportamental em relação aos volumes, frequência e modalidade de operações / transações;
- Situações relacionadas a pessoas suspeitas de envolvimento com atos terroristas;
- Situações relacionadas com atividades internacionais;
- Situações relacionadas com empregados das instituições financeiras e seus representantes;

- Situações relacionadas com movimentação de recursos oriundos de contratos com o setor público ou clientes que atuam como fornecedor-prestadores de serviços e com forte relacionamento com o referido setor;
- Situações de operações incompatíveis com renda, Patrimônio ou Faturamento do cliente;
- Quantidade elevada de operações em determinado período;
- Alterações frequentes de dados cadastrais;
- Operações que tenham origem ou destino em países ou jurisdições com deficiências estratégicas de PLD/CFT apontadas pelo GAFI;
- Operações que, por sua habitualidade, valor ou forma, configurem artifícios que objetivam burlar os mecanismos de identificação, controle e registro através de fragmentação de valores em diversas operações;
- Operações com pessoas expostas politicamente de nacionalidade brasileira e com representantes, familiares ou estreitos Colaboradores de pessoas expostas politicamente;
- Operações com pessoas expostas politicamente estrangeiras;
- Clientes classificados em categoria de risco alto.

Tais análises compõem um dossiê que será analisado pela área de *Compliance*.

Monitoramento

A AZ Quest é responsável por monitorar as suas relações e as operações realizadas durante tais relações, inclusive visando identificar qualquer discrepância entre as informações pertinentes à identificação (e seus beneficiários finais), sua localização, sua atividade de negócios e a fonte dos recursos. Por isso, os documentos, dados e as informações disponíveis precisam ser atualizados anualmente, ou quando um evento resulte em necessária modificação – refletindo, caso aplicável, na respectiva categoria de risco.

Na fase de manutenção dos relacionamentos, é pautada em cláusulas específicas quanto à garantias de que o relacionamento:

- É pautado em conformidade com as Leis Anticorrupção e se compromete a cumprir os maiores parâmetros internacionais de controles internos na realização de suas atividades;
- Tem como base políticas, mecanismos e procedimentos internos de integridade,

treinamento, comunicação, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, de forma proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, para garantir o fiel cumprimento das Leis por seus funcionários, executivos, diretores, representantes e procuradores, agindo em seu nome da Parte;

- Tem conhecimento e compreensão das disposições das Leis Anticorrupção e não adota qualquer conduta que infrinja as Leis Anticorrupção e executa as suas responsabilidades em conformidade integral com tais leis;
- Conta com os melhores esforços na tentativa de coibir o envolvimento de quaisquer de seus funcionários, executivos, diretores, representantes, agindo em seu nome, em situações relacionadas a suborno, corrupção ou outro ato ilícito relacionado às leis;
- É pautado em todas as medidas de prevenção e de ordem prudencial, bem como quaisquer outras que entender necessárias, para garantir a integridade de seus sistemas;
- Se necessário, comunica de imediato aos órgãos fiscalizadores de suas atividades quaisquer Operações e/ou situações envolvendo pessoas ou operações realizadas com valores mobiliários que possam constituir indícios ou suspeitas de ilícitos previstos na legislação aplicável.

Os procedimentos pertinentes ao monitoramento de parâmetros, variáveis, regras e cenários para selecionar e analisar operações e situações suspeitas de LDFTP também são descritos nas demais normas internas, à luz do artigo 38, § 1º, da Circular nº 3.978, de 2020.

Smurfing (divisão de operações)

O *smurfing* se trata da divisão artificial de operações para burlar as exigências de identificação quando um limite definido é atingido, e esta atividade é proibida expressamente. Caso seja detectado uma tentativa ou um *smurfing* concreto, é obrigatória a imediata denúncia à área de *Compliance*. Caso a AZ Quest realize operações que atinjam ou excedam o respectivo limite, e caso seja visível que cada operação está conectada com as outras, se pressuporá que uma operação individualmente está conectada com as outras.

Em geral, o risco de uma única operação financeira deve ser dividido artificialmente para burlar as exigências de identificação, utilizadas, portanto, para os fins de LDFTP, é reduzido conforme os intervalos entre as operações individuais aumentam.

Comunicação e sigilo

Considerando que operações suspeitas consistem em operação ou situação que apresente atipicidade ou indícios de utilização da instituição para a prática dos crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo, é obrigatória a atuação na área de *Compliance* em identificar, apurar e aprovar os casos.

Com base na legislação aplicável, a AZ Quest é uma instituição habilitada para realizar as comunicações no sistema de Controle de Atividades Financeiras do COAF e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, via e-mail csnu@mj.gov.br.

Após as devidas análises, conforme explicitado a respeito sobre monitoramento, será feita comunicação sempre que:

- Os valores, métodos e instrumentos usados ou a ausência de uma base econômica ou legal para as operações indicarem a possível ocorrência de crimes previstos na legislação e na regulação aplicáveis;
- Operações de valor igual ou superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) que: Tratem de pagamentos, recebimentos e transferências de recursos, por meio de qualquer instrumento, contra pagamento em espécie; e,

O período de execução dos procedimentos de análise das operações e situações suspeitas não pode exceder o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de seleção da operação ou situação.

Em caso positivo de apuração de operação suspeita, a área de *Compliance* é responsável por reportar às autoridades competentes até o dia útil seguinte a conclusão de sua análise interna. Mas, independentemente de haver comunicação ao COAF, a análise será formalizada no dossiê do cliente, conforme disposto no artigo 43, §2º da Circular 3.978/2020.

A respectiva análise é pautada através de evidências e de ata de conclusão a respeito do caso e da decisão pela necessidade ou não de comunicação. As comunicações de casos suspeitos que tratam a Circular nº 3.461/2009 do Banco Central não podem ser levadas ao conhecimento do cliente envolvido, sendo de uso exclusivo dos Órgãos Reguladores para análise e investigação, mas serão formalizadas, de maneira detalhada, em dossiê, independentemente de comunicação ao COAF e são realizadas até o dia útil seguinte ao da decisão de comunicação.

Avaliação interna de risco e avaliação de efetividade

A área de *Compliance* é também responsável por realizar, formalizar e

documentar a Avaliação Interna de Risco (“AIR”) e a Avaliação de Efetividade desta instituição, de acordo com o disposto nos Artigos 3, inciso I, “alínea c”; no Artigo 10; e no Artigo 62 da Circular 3.978 de 2020. Ainda conforme regulação vigente, o Diretor responsável por PLDFTP deverá aprovar tais documentos e encaminhá-los para ciência do Comitê de *Compliance*.

Avaliação Interna de Risco

O objetivo da AIR é identificar e mensurar o risco da utilização dos produtos e serviços da AZ Quest na prática de PLDFTP. Esta será revisada e apresentada a cada 2 (dois) anos, bem como quando ocorrerem alterações significativas nos perfis de risco mencionados no art. 10, § 1º da Circular 3.978 de 2020.

Para considerar os diversos riscos que a instituição está incorrendo, como um todo, deve ser analisado, à luz da Abordagem Baseada em Risco, os perfis de risco dos relacionamentos da instituição (clientes, fornecedores, parceiros, contrapartes, Colaboradores e prestadores de serviços), a estrutura instituição (de governança, de negócios e operacional) e sua oferta de produtos e serviços. O risco identificado é avaliado quanto à sua probabilidade de ocorrência e à magnitude dos impactos nas diferentes naturezas de riscos (financeiro, jurídico, reputacional e socioambiental) sendo sua ponderação categorizada em risco baixo, médio ou alto.

Os pontos de riscos identificados quando da aplicação do AIR, deverá ensejar uma ação de gerenciamento, controle e mitigação do referido risco sendo, tal ação mitigatória, proporcional ao risco identificado.

Avaliação de Efetividade

Em observância à regulação vigente, a área de *Compliance* é responsável por realizar, formalizar e documentar o Relatório de Efetividade que deverá ser aprovado pela área de Compliance, com a ciência da Diretoria, até o último dia útil do mês de abril do ano seguinte ao da data-base.

O Relatório de Avaliação de Efetividade tem como objetivo avaliar o controle sobre o processo operacional, a governança, a cultura organizacional, a capacitação técnica, entre outros aspectos que envolvem o ambiente da instituição para o processo de PLDFTP.

Seguindo a regulação vigente, para identificar e analisar se as políticas, procedimentos e controles internos são eficientes e permitem que a instituição trabalhe, dentro deste processo de PLDFTP, de maneira eficaz, comprometida e organizada, deverão constar neste relatório informações que descrevam:

- A metodologia adotada na avaliação de efetividade;
- Os testes aplicados;
- A qualificação dos avaliadores; e
- As deficiências identificadas.

Adicionalmente, deverão ser avaliados:

- Os procedimentos destinados a conhecer clientes, incluindo a verificação e a validação das informações dos clientes e a adequação dos dados cadastrais;
- Os procedimentos de monitoramento, seleção, análise e comunicação ao coaf, incluindo a avaliação de efetividade dos parâmetros de seleção de operações e de situações suspeitas, incluindo a tempestividade acerca destas atividades;
- A governança da política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;
- Indicadores quantitativos:
 - O número consolidado das operações e situações atípicas detectadas;
 - O número de análises realizadas;
 - O número de comunicações de operações suspeitas reportadas para o coaf; e
 - A data do reporte da declaração negativa, se for o caso;
- As medidas de desenvolvimento da cultura organizacional voltadas à PLDFTP;
- Os programas de capacitação periódica de pessoal;
- A apresentação, se for o caso, de recomendações visando mitigar os riscos identificados do exercício anterior que ainda não foram devidamente tratados;
- Os procedimentos destinados a conhecer os funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados; e
- As ações de regularização dos apontamentos oriundos da auditoria interna e da supervisão do banco central do Brasil.

Por fim, o relatório que contém as informações de Avaliação de Efetividade deverá ser mantido na instituição e poderão ser consultados através de solicitação à área de *Compliance*.

Funções e responsabilidades

Conforme determina o Cubo de COSO, os riscos são monitorados e geridos em três linhas de defesa. As áreas de negócios têm a responsabilidade de identificar e gerenciar riscos e cumprir as regulamentações que regem suas operações comerciais, por meio de mecanismos de controle baseados no processo. Já a área de *Compliance* é responsável pela implementação de diretrizes legais e também pelo

monitoramento e gerenciamento dos riscos de conformidade.

i) Primeira linha de defesa

Todos os Colaboradores têm o dever de contribuir para as atividades desta Política. Por isso, cabem às áreas de cadastro, comercial e mesa de operações:

- Comunicar ao *Compliance* sobre atitudes suspeitas dos clientes, movimentação de recursos ou proposta de operação incompatível ou qualquer outro procedimento que saia do curso normal das operações do cliente que venha lhe causar estranheza;
- Manter os controles internos atualizados, controlando os vencimentos dos documentos cadastrais (para recadastramento), as pendências de documentos não entregues e os poderes de representação de cada Cliente;
- Verificar a qualidade das informações apostas nas fichas cadastrais, identificando e solicitando correção de eventuais ausências ou inconsistências de informações, principalmente aquelas relacionadas a beneficiários finais e financeiras;
- Realizar confirmação das informações passadas pelo cliente em sua ficha cadastral; e
- Cobrar eventuais pendências cadastrais bem como a regularização em prazo adequado destas bem como da atualização cadastral.

A Diretoria Executiva é o órgão máximo de deliberação da AZ Quest. Sua atuação é pautada pelo comprometimento da instituição com as melhores práticas na governança e no processo de PLDFTP, melhorando continuamente esta Política, sua governança, seus processos, seus procedimentos, os controles internos e a cultura organizacional sobre este assunto. Neste sentido, são atribuições da Diretoria Executiva:

- Prover recursos para que toda equipe atuante no processo possa alcançar seus objetivos;
- Zelar pela prevenção aos crimes de LDFTP;
- Avaliar anualmente, mediante relatório, a efetividade desta política, dos procedimentos e controles internos relacionados a PLDFTP;
- Fixar a orientação geral dos negócios;
- Eleger e destituir os diretores, bem como fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o estatuto;
- Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e os registros da AZ Quest, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

- Convocar a assembleia geral quando julgar conveniente ou no caso da assembleia geral ordinária, anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social;
- Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria;
- Manifestar-se previamente sobre documentos, atos ou contratos, bem como aprovar periodicamente a Avaliação Interna de Riscos;
- Deliberar sobre produtos e serviços financeiros; e
- Escolher e destituir os auditores independentes, se houver.

ii) Segunda linha de defesa: *Compliance*

Em linhas gerais, a área de *Compliance* é responsável pela implementação de diretrizes legais e também pelo monitoramento e gerenciamento dos riscos de conformidade. As atividades são proporcionais ao número de negócios e processos internamente estabelecidos. Por isso, são efetuadas as seguintes atividades:

- Elaborar, formalizar, divulgar e dar conhecimento a todos sobre as normas e os procedimentos;
- Dar manutenção aos controles internos e manuais relativos ao tema;
- Orientar todos os Colaboradores de acordo com as regras estabelecidas;
- Prover adequado treinamento aos Colaboradores com programação permanente e de amplo alcance;
- Executar rotinas de identificação, validação dos dados cadastrais, e verificação do enquadramento de todos os relacionamentos na AZ Quest – seja de Colaborador, cliente, prestador de serviço, parceiro ou terceiro;
- Análise e aprovação de pessoas físicas, pessoas jurídicas (assim como empreender os melhores esforços para identificar os respectivos beneficiários finais dos valores a serem transacionados), mediante a abertura do relacionamento e sua manutenção, de acordo com a ABR;
- Desenvolver e implementar os parâmetros de análise dos relacionamentos conforme a ABR;
- Analisar as situações suspeitas ou não conformidade identificadas através de alertas sistemáticos, nos monitoramentos regulares da área ou em quaisquer outros trabalhos específicos que objetive controle de PLDFTP;
- Executar a comunicação ao COAF dos casos considerados suspeitos;
- Encaminhar declaração de não verificação de situações atípicas, quando não realizado qualquer informação ao COAF no ano. Esta declaração precisa ser encaminhada em até 45 dias após o encerramento do ano base;

- Reportar à Diretoria Executiva os resultados de análises de procedimentos internos realizados pela auditoria interna;
- Realizar rotina anual para verificação e monitoramento de PEP, através de lista de PEP disponibilizada pelo COAF, e de pessoas envolvidas com financiamento do terrorismo, através de lista disponibilizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, contemplando toda a base de clientes;
- Certificar que haja a abordagem PLDFTP como critério para aprovação de novos produtos;
- Anualmente, aprovar relatórios necessários, de acordo com o artigo 62 da Carta Circular BACEN nº 3.978 de 2020; e
- Disseminar a cultura de *Compliance* e promover treinamentos periódicos a todos os seus relacionados.

iii) Terceira linha de defesa: Auditoria Interna

Os procedimentos contidos nesta Política e adotados pela AZ Quest, são revisados e avaliados pela auditoria interna, nos termos do artigo 2º, §§3º e 5º da Resolução nº 2.554, de 24 de setembro de 1998 do Banco Central, a qual é realizada por empresa terceirizada periodicamente.

Os apontamentos relativos aos controles de PLDFTP gerados pela auditoria interna, são encaminhados à diretoria executiva da AZ Quest e receber por este tratamento adequado, o qual entende-se pela implementação de controles como relatórios periódicos de regularização e cronograma de regularização, para sanar os apontamentos realizados pela auditoria interna e que serão verificados na próxima supervisão.

Atualização, Disseminação de cultura e Manutenção

A Política foi aprovada internamente, e seu conteúdo é disseminado para todos os Colaboradores da AZ QUEST, tanto pelas vias de contato cotidianas, como nos treinamentos, conforme o artigo 24 da Resolução CVM nº 21 de 2021.